

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.526 - SC (2019/0219865-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : M P DA R
ADVOGADOS : NEWTON JOSÉ WESTRUPP - SC005843
DANUSE ALINE ALVES - SC030196
RECORRIDO : C P DA R
ADVOGADO : DÉBORA ROSANA LINDNER E OUTRO(S) - SC018381

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por M P DA R, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fls. 210-211, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. VERBA ALIMENTAR PROVISÓRIA À EX-CÔNJUGE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE REJEITOU JUSTIFICATIVA DO ALIMENTANTE E DETERMINOU O PROSSEGUIMENTO DO FEITO.

ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM O *QUANTUM* ALIMENTAR. INVIÁVEL EXAME EM SEDE DE EXECUÇÃO. NÃO CONHECIMENTO.

Inviável a apreciação de questões acerca das condições financeiras da alimentante em sede de execução, haja vista a necessidade de ampla dilação probatória em ação própria para tal fim.

EXECUÇÃO DE DÉBITO ALIMENTAR PROVISÓRIO. ALIMENTOS PROVISÓRIOS REDUZIDOS EM DECISÃO POSTERIOR E MANTIDA NA SENTENÇA. TERMO INICIAL A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO. ART. 13, § 2º, DA LEI N. 5.478/68.

"O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que os efeitos da sentença que reduz ou majora a prestação alimentícia ou até mesmo exonera o alimentante do seu pagamento retroagem à data da citação, devendo-se respeitar apenas a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (AgRg nos EAg n. 1.152.842/SP, rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, j. 28-10-2015).

CONTRARRAZÕES. ALEGADA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE.

Para a caracterização de litigância de má-fé é necessária a presença concomitante dos requisitos objetivo e subjetivo do tipo, ou seja, o dano processual e o dolo ou a culpa grave da parte maliciosa, sem os quais a pretensão condenatória não medra.

Inviável o arbitramento de honorários advocatícios quando não resta configurada sucumbência, nos termos do art. 85 do CPC/2015.

RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA FRAÇÃO, PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls.

Superior Tribunal de Justiça

234-240, e-STJ.

Nas razões do recurso especial (fls. 242-265, e-STJ), a insurgente aponta, além de dissenso interpretativo, violação do artigo 13, § 2º, da Lei n. 5.478/68. Sustenta, em síntese, a possibilidade de se manter a execução para cobrança de alimentos provisionais no montante fixado, não retroagindo à data da citação.

Contrarrazões às fls. 277-282 (e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 284-286, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Com efeito, a pretensão não merece prosperar porquanto o acórdão recorrido se alinha a orientação consolidada pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, que no julgamento dos EREsp 1.118.119/RJ, firmou entendimento no sentido de que *"os efeitos da sentença proferida em ação de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas"*.

A propósito:

HABEAS CORPUS PREVENTIVO. EXECUÇÃO REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS E O QUE FOI FIXADO EM DEFINITIVO NO CURSO DO PROCESSO. REDUÇÃO DO VALOR QUE DEVE RETROAGIR À DATA DA CITAÇÃO. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. ALEGAÇÃO DE COISA JULGADA QUE É DESINFLUENTE NO CASO. AUSÊNCIA DE ATUALIDADE DO DÉBITO E DE URGÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS ALIMENTOS. INEFICÁCIA DA MEDIDA COATIVA ANTE O CONTEXTO DOS AUTOS. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A decisão judicial que promove a redução da verba alimentar, redimensionando o binômio necessidade-possibilidade, mesmo que proferida incidentalmente no processo, segue a mesma lógica das ações congêneres revisionais, devendo, portanto, seus efeitos retroagirem à data da citação (EResp n. 1.181.119-RJ, Relatora p/ Acórdão a Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 20/6/2014).

[...]

5. Ordem concedida, de ofício, confirmando-se a liminar anteriormente deferida.

(HC 454.811/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS ALIMENTOS. EFEITOS. PRECEDENTES.

1. Os efeitos da sentença proferida em ação de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas (EResp 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014).

Superior Tribunal de Justiça

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1689450/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. DESISTÊNCIA. EFICÁCIA *EX TUNC*. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Consoante orientação consolidada pela Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos EREsp 1.118.119/RJ, ao interpretar o art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968, os alimentos provisórios não integram o patrimônio jurídico subjetivo do alimentando, podendo ser revistos a qualquer tempo, porquanto provimento *rebus sic stantibus*, já que não produzem coisa julgada material.

2. Retroação dos efeitos da sentença exauriente que reduz ou elimina o valor da pensão alimentícia à data da citação.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1524046/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. SENTENÇA DEFINITIVA. EXTINÇÃO DA DÍVIDA. ART. 13, § 2º, DA LEI DE ALIMENTOS. EFICÁCIA *EX TUNC*. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.

1. Cinge-se a controvérsia a definir se é possível a extinção da execução dos alimentos provisórios por ausência de título executivo diante de posterior sentença definitiva de improcedência do pedido na ação de alimentos.

2. À luz da jurisprudência desta Corte, a sentença definitiva exoneratória da obrigação de pagamento de alimentos retroage com eficácia *ex tunc* independentemente do caso.

3. Uma vez demonstrado em sede de juízo exauriente, observado o contraditório e a ampla defesa, que a obrigação imposta liminarmente não deve subsistir, resta vedada a cobrança dos denominados alimentos provisórios, sob pena de enriquecimento sem causa.

4. A Segunda Seção, no julgamento do EREsp nº 1.181.119/RJ, ao interpretar o art. 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968, concluiu, por maioria, que os alimentos provisórios não integram o patrimônio jurídico subjetivo do alimentando, podendo ser revistos a qualquer tempo, porquanto provimento *rebus sic stantibus*, já que não produzem coisa julgada material (art. 15 da Lei nº 5.478/1968).

5. A sentença exoneratória que redimensiona o binômio necessidade-possibilidade segue a mesma lógica das ações congêneres revisionais, devendo seus efeitos retroagir à data da citação.

6. Recurso especial provido.

(REsp 1426082/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2015, DJe 10/06/2015)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso por ambas as alíneas.

2. Do exposto, com amparo no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ,

Superior Tribunal de Justiça

nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

